

ATA 27 – REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao quarto dia do mês de novembro de 2020, às 16 horas, reuniram-se em sala virtual, via aplicativo Google Meet, os conselheiros, suplentes e convidados: Augusta Pelinski Raiher, Breno Prestes, Cláudio Grokovski, Darcy Miara Junior, Eldo Berger, Eleandro Campos Pereira, Indianara Mattar Milléo, Joel Pires, José Vanilson Cordeiro, Leonardo Puppi Bernardi, Letícia da Costa Gonçalves, Marcos Carneiro, Marcos Oliveira Athayde, Miguel Archanjo de Freitas Junior, Paulo André Lemes, Priscilla Garbelini Jaronski, Rafael Gustavo Mansani, Roberto Monguel, Rosilete Aurina Martins, Sérgio Wippel, Tatiana Roselena de Oliveira Stremel, Tônia Mansani de Mira, Weliton Barreiros e Wilson Souza de Oliveira. O Sr. Wilson inicia a reunião agradecendo a participação de todos e explica que mesmo ocorrendo em 04 de novembro a reunião é referente ao mês de outubro. Comenta que além da pauta prevista que é a Implementação do Plano de Retomada Econômica de Ponta Grossa e a aprovação da ATA nº26. Será incluída uma extra pauta que é sobre as operações no setor regional da Sanepar de Ponta Grossa. Em seguida apresenta o Diretor de Desenvolvimento Operacional da Sanepar, o Sr. Sergio Wippel, e o Diretor de Projetos e Obras da Região Sudeste do Paraná o Sr. Joel Pires. Além dos Empresários convidados o Sr. Breno Prestes e o Sr. Marcos Carneiro. Iniciando a primeira pauta o Sr. Wilson ressalta que dentro das atribuições que o Conselho tem, é importante manter atenção aos problemas que nossa comunidade ponta-grossense vive. E destaca a maior atribuição que é cuidar do desenvolvimento econômico da nossa cidade. E a Operação Ductos, que envolveu a Sanepar, acabou impactando nas rotinas de alguns projetos industriais e residenciais, acarretando uma série de dificuldades operacionais da nossa cidade. Na semana passada em visita na sede da Sanepar de Curitiba, o Sr. Wilson expos os problemas (com base no que foi ouvido da comunidade ponta-grossense) aos Diretores. Sendo que houve uma resposta imediata e os diretores se dispuseram a participar desta reunião ordinária do Conselho. Para que pudessem dar uma posição oficial da companhia Sanepar sobre os resultados da Operação Ductos e o que está sendo feito para reestabelecer a normalidade do funcionamento dos serviços. É passada a palavra para o Diretor de Operações, o Sr. Sérgio Wippel, que explica que por estar em reunião da diretoria da Sanepar irá participar brevemente do momento. Mas que deixará o novo Diretor de Projetos, Sr. Joel Pires, para esclarecer qualquer dúvida. Explica que está à frente da Diretoria de Operações há 90 dias. E que a Operação Ductos acabou afetando algumas regionais entre elas Ponta Grossa. E a Diretoria da Sanepar precisou tomar algumas atitudes. Todas as pessoas que foram citadas na operação da GAECO foram afastadas de suas funções na Sanepar. Foi criado um comitê estatutário para realizar a análise e saber se de fato as pessoas envolvidas têm as suas responsabilidades sobre as denúncias ou não. Mas o entendimento da empresa é que deveria haver o afastamento. Os processos que foram citados na Operação Ductos foram no setor de operação. Então foram destacadas duas pessoas da cidade de Curitiba especialistas nessa área. Uma delas ficou como gerente regional e a outra como gerente geral. Há duas semanas foi combinado que o Sr. Joel Pires ficará à frente operacional da regional de Ponta Grossa, interinamente. Sendo que ele já é o gerente de obras da regional. Após discussão com toda a equipe de Ponta Grossa sobre as necessidades da parte de esgotamento

sanitário e abastecimento de água, foi apresentada a situação dos loteamentos através da análise dos IPHS que estavam suspensas efetivamente. Foi tomada uma decisão em novembro de 2019 do índice de demanda/produção. Tomaram a decisão de resguardar o abastecimento e situações de loteamento acima de 100 ligações ficariam postergadas até o término de obra. Com a nova equipe, que esteve fazendo a transição nos últimos 90 dias, foi observado o plano de investimento que a Sanepar fez nos últimos 6 anos. Entre eles o projeto verificando a condição hidráulica do sistema de abastecimento de Ponta Grossa. Conseguindo uma diminuição da perda física do sistema de água. Havia uma perda de 297 litros de água por habitante. Agora em setembro se chegou a um patamar de 273 isso equivale a uma diminuição de 10%. Com essa melhoria na gestão da operação de Ponta Grossa, aliada a confirmação dos investimentos que estavam previstos em 2019 e 2020, o empreendimento permitiu que em agosto de 2020 a área operacional liberasse novamente a viabilidade de aprovação das cartas consulta dos loteamentos. Então hoje não está tendo mais esse empreendimento junto aos loteadores permitindo com isso que aconteça o crescimento natural das cidades e a perspectiva de implantação de loteamentos na cidade de Ponta Grossa. O Sr. Sérgio afirma que a realização dessas obras permitirá a efetivação desses novos loteamentos. Informa ainda que a Operação Ductos tem fechamento entre 30 de novembro e 10 de dezembro. Sendo que em 10 de dezembro será afirmado o nome do novo gerente geral e do novo gerente regional. Informa que ficará disponível para qualquer coisa que os empresários de Ponta Grossa necessitem da Sanepar. Antes de finalizar a participação do Sr. Sérgio Wippel o Sr. Wilson pergunta se houve preenchimento dos cargos daqueles que foram afastados da equipe da Sanepar. Em resposta o Sr. Sérgio responde que sim e além dessa recomposição da equipe houve a contratação de novos funcionários. Em seguida é passada a palavra ao Sr. Breno que é empresário do setor de construção da nossa cidade, visto que tem uma situação a ser levantada. O Sr. Breno agradece o espaço cedido pelo Conselho. Ressalta que sua intenção é contribuir de forma ativa no desenvolvimento de Ponta Grossa através da construção civil e do mercado imobiliário. Comenta que a Prestes é uma empresa pontagrossense que tem atuado nos últimos anos de forma sustentável com um número de unidades significativo, contribuindo com o crescimento do PIB da cidade. Explica que a empresa Prestes tem uma sequência de empreendimentos que estão hoje na Sanepar, seja em fase de emissão carta de viabilidade ou nova emissão delas. E projetos que estão protocolados para aprovação. Reforça que a Prestes entende todo o problema que a Sanepar teve, mas gostaria de saber quem seria o canal direto da Sanepar para que seja possível conversar sobre essas travas nos processos em andamento. Então para que a questão levantada não entre em um patamar particular dentro da reunião, o Sr. Wilson sugere que a equipe da Sanepar receba a empresa Prestes para atendimento em sua unidade e verifique em que situação estão as demandas. Pois a construção civil é muito importante para a retomada de empregos nessa fase de retomada econômica de pós-pandemia. O Sr. Joel é quem responde e comenta que ficará à disposição, disponibilizando seu contato pessoal para o empresário. Explica ainda que responde pela gerência da região sudeste do paraná com 64 municípios além de Ponta Grossa. Explana que a Sanepar tem investimentos que vem fazendo desde 2009 na cidade de Ponta Grossa principalmente na rede de abastecimento de água e esses investimentos somam quase R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Tudo visando a garantia do abastecimento da população e dos novos investimentos. E desde 2009 a Sanepar

chegou a aproximadamente 92% de coleta e tratamento de esgoto. Hoje tem 2 obras que estão em fase de finalização sendo: a adutora da área Maria Otília, que em meados do mês de Janeiro de 2021 será finalizada trazendo melhorias tanto de vazão como de perdas por ligação, e a outra que são as várias interligações que estão sendo realizadas no centro da cidade e que terá conclusão e meados de Fevereiro de 2021. E em até meados de 2023 serão concluídos todos os trabalhos de melhoramento no sistema de água. O Sr. Leonardo Puppi comenta que representa a ACIPG e o Conselho de Desenvolvimento e que vem recebendo dos associados muita reclamação com relação a comunicação com a Sanepar. E que muitas vezes encontra a unidade próxima ao cemitério central fechada nos horários comerciais. E que há problemas no 0800 para solicitação de desligamento e ligamento. Sugere que seja dada a devida atenção na parte de comunicação visto que pode ter sido prejudicada pelos incidentes ocorridos nos últimos meses. Comenta ainda sobre a falta de água recorrente na área do distrito industrial. A Sra. Indianara complementa reforçando o comentário do Sr. Leonardo com os mesmos apontamentos. Em resposta o Sr. Joel comenta que irá conversar com o gerente regional para que veja verificado a questão dos atendimentos. Quanto a falta de água explica que em função da reta final das interligações hidráulicas infelizmente são necessárias algumas interrupções para ligar as novas redes às antigas e reforçar os anéis. O Sr. Wilson se desculpa por não antecipar essa pauta com a Sanepar, mas se tratava de um assunto emergencial já que este Conselho trata justamente do desenvolvimento econômico de Ponta Grossa e a Sanepar estava com dificuldades. Em seguida o Sr. Leonardo informa que ainda não há quórum para a aprovação da ATA 26. Então passa para o segundo assunto que é a implementação do plano de retomada econômica de Ponta Grossa. A Sra. Priscilla inicia dizendo que tem ciência de que alguns conselheiros têm compromissos com as eleições municipais visto que já estamos nessa época, mas que é importante que se mantenha o quórum devido os assuntos relevantes que são tratados nas reuniões. Lembra ainda que foi feito uma versão oficial do trabalho que está no site do CDEPG e também uma versão em e-book. E que a UPEG fez uma versão pela gráfica da universidade. Mas que a versão do site é a versão oficial de todo o grupo de trabalho e conta com outros anexos que são documentos que levaram ao plano, sendo eles: Termos de cooperação; ofício da UEPG, com a indicação dos vetores e dos professores responsáveis pela consultoria; ATA de Aprovação do CDEPG do trabalho desenvolvido. E também os dois estudos que ficaram em anexo e que foram decididos na última reunião plenária, o PMAI e o Estudo da Fundação CERTI. Dessa versão oficial foram feitos pen drives, que foram entregues ao Prefeito Sr. Marcelo Rangel e para os candidatos à Prefeitura. Para o Prefeito foi entregue no dia 23/10. As entidades participantes foram convidadas a enviar seus representantes para estarem presentes no ato da entrega. Compareceram o Sr. Joel do SEBRAE, Sr. Leonardo, representado a ACIPG e CDEPG, Sr. Wilson, a Sra. Priscilla e alguns secretários que receberam junto com o Prefeito esse plano. Na entrega foram pontuadas algumas ações imediatas para que o Prefeito pudesse passar para os secretários responsáveis e identificar o que poderia ser feito. Foi deixado também com o Prefeito o contato da conselheira Sra. Tônia Massani e da Professora da UEPG Sra. Regina Fátima Wolochn, que foi quem desenvolveu a parte de relações de trabalho do plano de retomada. Essa parte das relações de trabalho trouxe 3 políticas públicas que podem ser desenvolvidas imediatamente. Na semana passada foi realizada a entrega aos 5 candidatos: Em 26/10 para a candidata Mabel Canto, dia 27/10 para o candidato Marcio

Pauliki, 28/10 para a candidata Elizabeth Schmidt, 29/10 para o candidato Edson Armando Silva e no dia 30/10 para o candidato Sérgio Luiz Gadini. Foi recolhida a assinatura do Prefeito e dos candidatos em um termo de adesão de cooperação. Dando ciência do recebimento do plano e também do compromisso de que esse plano será integrado no plano de governo deles. A Sra. Priscilla lembra ainda que os no termo de cooperação as entidades que assinaram foram a UEPG, CDEPG, SEBRAE, ACIPG e Prefeitura de Ponta Grossa. Reforça que o CDEPG representa uma parte bem significativa da cidade e que todas as entidades que fazem parte do Conselho também assinam esse trabalho que foi desenvolvido. Solicita o apoio dos conselheiros que, indiferente de quem sejam os seus candidatos, ao encontrar com eles cobrem a atenção ao plano. Comenta ainda que a maioria das ações tem o envolvimento do poder público, mas algumas podem e já estão sendo feitas pelas entidades envolvidas. Enfatiza que a união de todos os conselheiros é de suma importância para que o plano saia do papel. Explica que o plano tem um índice composto por 35 políticas públicas elaboradas no trabalho e que são as partes mais importantes. As ações que foram desenvolvidas pelas entidades foram compiladas no plano. Em seguida compartilha a planilha com os 6 vetores organizados por ações, políticas públicas e responsáveis. E um status separado por cores sendo verde (curto prazo), amarelo (médio prazo), e vermelho (longo prazo). Essa planilha demonstra um plano para os dois meses finais de 2020 e para os três primeiros meses de 2021. A Sra. Priscilla sugere que nesta reunião sejam distribuídas as tarefas. E que seja marcado na última reunião do ano, que será entre o dia 15 e 20 de dezembro, um retorno do que já foi implementado principalmente das ações sinalizadas em verde. Em seguida faz uma leitura e deixa espaço aberto caso os conselheiros queiram incluir algum responsável ou modificar o status de curto, médio e longo prazo. Iniciando a leitura informa que o primeiro vetor foi o de *Atividades Produtivas e Seus Encadeamentos*. A Professora Augusta apontou cada ator, que ela acreditava, para cada ação conforme responsabilidade para as políticas públicas. Algumas ações não indicavam os atores então a Sra. Priscilla procurou encontrar ali no texto quem poderia ser interessante. A primeira política pública é a criação de um site coletivo com a divulgação das empresas e do setor de serviço local. A Professora Augusta fez o levantamento de que já existe alguns sites desse tipo. E que deveria ser criado um site que não batesse de frente com esses que já existem. Os atores são a Prefeitura, as universidades locais e o SEBRAE. Sinalizada como médio prazo. Outra é a formação capacitação das empresas para participarem das plataformas digitais de vendas online. Os atores são a Prefeitura com a sala do empreendedor, ACIPG, as universidades, SEBRAE e outras entidades com a organização e a execução. Também sinalizado como médio prazo. Dentro da ação *Compras Públicas* são 5 políticas públicas. A primeira é a formação e capacitação das empresas, MEIs, micro e pequenas empresas para participarem de compras públicas. Como atores as universidades, SEBRAE e Prefeitura. Indicado como médio prazo. A Sra. Tônia comenta que nesse item o SENAC está trabalhando com o curso de compras públicas que faz parte do plano de retomada do estado. Então a Sra. Priscilla acrescenta o SENAC como ator executor nesse item. E mudou o status para curto prazo. A segunda política é a criação da associação de empresas de pequeno porte, MEIs, micro e pequenas empresas. Visando a participação nas compras públicas. Os atores são universidades, SEBRAE e Prefeitura, sinalizado a médio prazo. A terceira política é a de mídia exclusiva acerca das compras públicas municipais. Como atores executores a Prefeitura, universidades,

SEBRAE e demais entidades ajudando na construção desse site. Está como médio prazo porque a construção desse site é algo mais demorado, mas a divulgação desse site é algo que pode ser feito já. A Sra. Tônia complementa informando que o SEBRAE tem um escritório virtual de compras públicas onde as prefeituras e os órgãos públicos em geral podem fazer uma adesão sem custo nenhum e publicar seus editais. Os empresários podem se inscrever no escritório de compras e passam a receber os editais daquele CNAE que lhe é pertinente. Isso já está pronto e poderíamos retomar a utilização. A Sra. Priscilla destaca a importância da gratuidade dessa plataforma, pois a maioria de plataformas de compras públicas têm um custo. A quarta política é a prioridade na contratação local das compras públicas. Que é feito pela Prefeitura, mas não só com a Prefeitura de Ponta Grossa, podemos entrar em contato com as prefeituras da região. A Sra. Tônia explica sobre a existência na legislação de compras do município, quando regulamentado ele não é um item obrigatório. Podendo pagar 10% a mais para a empresa local ou regional de acordo com o que tiver na legislação. Aqui a Prefeitura colocou como regional na legislação os municípios AMCG, pois, pelo IBGE é território, tendo apenas as cidades de Castro, Carambeí e Palmeira. E a Prefeitura conseguiu estender para 19 municípios. Cada secretário da pasta pode solicitar esse benefício de prioridade de compra local. A Sra. Priscilla explica que apesar de ser a curto prazo essa é uma política que deverá iniciar no próximo ano por conta das eleições municipais. E assim que forem nomeados os secretários da nova pasta, o Conselho deverá pedir prioridade para que eles solicitem essa previsão em edital. A Sra. Tônia sugeriu que seja incluído na planilha o status para ações que são contínuas. A Sra. Priscilla passa então para a quinta política pública que é a efetivação de pregões presenciais quando possível ou uso de plataformas de compras gratuitas. Elencados como atores a Prefeitura, as Universidades, SEBRAE e demais entidades na construção de melhoramento e dessa plataforma gratuita. É uma ação de médio prazo por conta da construção dessa plataforma que seria algo mais demorado. A Sra. Tônia comenta que hoje se tem uma plataforma digital que é o Compras Net, uma plataforma do Governo Federal que é gratuita. Mas não é muito utilizada por não migrar para o portal da transparência e por ser totalmente manual. E o empresário deve possuir certificado digital para utilizá-la. Já as plataformas pagas já migram as informações. Sugere ainda ao Conselho que envie uma carta ao Governo solicitando essa melhoria para aumentar a adesão na plataforma gratuita. A Sra. Priscilla passa para a próxima ação que é o *Gerenciamento do Negócio*. A política pública apresentada é a implementação de sistemas de gerenciamento de negócios entre as empresas de pequeno porte, MEIs, micro e pequenas empresas. Como se trata de implementar uma empresa de gerenciamento de negócios, trata-se de uma política de longo prazo. A Sra. Tônia comenta que existe uma plataforma como essa, mas que não é gratuita. A Professora Augusta Raiher comenta que cada negócio tem gerenciamento muito distinto e portanto deveria mesmo ser criada uma nova plataforma. Elogia a iniciativa do Conselho em dar andamento no plano para que ele não fique só no papel. A próxima ação é o *Encadeamento do Setor Industrial*. Suas políticas são a construção e fortalecimento dos encadeamentos produtivos de Ponta Grossa com a produção local e o setor de serviços. A Sra. Priscilla explica que colocou a longo prazo, por ser uma ação contínua e constante. Pois a construção do encadeamento leva algum tempo. Como atores a Prefeitura, a FIEP, SEBRAE, universidade e outras entidades locais. Na política de internalização de compras do serviço local. Os Atores são a Prefeitura, SEBRAE,

universidades e outras entidades técnicas. Essa política pode ser imediata pois a internalização pode ser realizada divulgando dentro as próprias campanhas já existentes. Que é o Made in PG e o Fortalece PG. E tem também a campanha de compras do Paraná. A Sra. Tônia comenta que a AMCG também fez um programa para fortalecer a região dos Campos Gerais. A Sra. Priscilla comenta que a intenção é unir todos esses programas para que a internalização entre as empresas e as indústrias aconteçam. *Incentivo a Exportação* entrou como um vetor e uma ação. Como políticas públicas a criação de um fórum para discutir as exportações do município. Como atores as Agências de Fomento, SEBRAE, ACIPG e FIEP. Está sinalizado como médio prazo. A política de capacitação das empresas para exportação tem como atores a UEPG, SEBRAE e ACIPG. Está em status a longo prazo, pois em termos de capacitação pode demorar um pouco mais. E dentro da ação *Atração de Investimentos* temos 5 políticas públicas. Envidar esforços de comunicação, com foco no microempreendedor individual e no microempresário para ensiná-lo a acessar as linhas de crédito disponíveis. Como atores a Prefeitura com a sala do empreendedor e o SEBRAE. Política a curto prazo. A segunda é reforçar as linhas de fundo de aval, na medida em que a capacidade do empresário em promover garantias mostrou ser um fator limitante na obtenção de crédito. Atores a Prefeitura Municipal também com a sala do empreendedor e a ACIPG. Status em amarelo, pois não depende só da Prefeitura para fazer uma ação imediata. Terceira política é fortalecer o financiamento a prefeituras e obras públicas, basicamente em áreas onde fornecedores locais tenham capacidade de participar de processos licitatórios. Elencado o ator Prefeitura Municipal. Status em médio prazo. A quarta política é desenvolver programas de mentoria empresarial destinados ao pequeno empreendedor. Como atores a Prefeitura com a sala do empreendedor, ACIPG, CDEPG, com apoio das universidades e do SEBRAE. Curto prazo, pois já existe o programa de mentoria da sala do empreendedor. E a última política que é desenvolver/ampliar os programas educacionais em todos os níveis com o objetivo de promover motivação e a capacidade de empreender. Seus atores são: A Prefeitura Municipal; Governo do Estado do Paraná; UEPG e Sistema S. A médio prazo. A Sra. Tônia comenta que a Prefeitura tem o programa JEPP (Jovens Empreendedores Primeiros Passos) que é do SEBRAE. E explana que esse programa deve ser mantido com o(a) novo(a) secretário(a) de educação. Passando para a próxima ação que é *Qualificação* com 7 políticas públicas. A primeira é o desenvolvimento de cursos técnicos (ensino médio e pós médio). Os atores são as instituições de ensino que se encaixam nos requisitos exigidos pelo MEC. Sendo de longo prazo, pois a implementação desses cursos irá levar mais tempo. A segunda política é um curso de tecnologia em gestão empresarial (ensino superior). Seus atores são o governo estadual com o programa SETI que trabalharia com o financiamento para execução de graduação por meio da UEPG e do SEBRAE. Como se trata da estruturação de um curso está marcado como longo prazo. A terceira política pública são cursos abertos para a comunidade na UEPG. Ator executor a própria UEPG. Sinalizado em médio prazo. Que liga já com a quarta política que é de cursos abertos para a comunidade. Como atores a Prefeitura Municipal por meio da agência do trabalhador; Conselho do Trabalho, por trabalhar com fundo financeiro podendo custear esses cursos; Universidades locais; Todo o sistema S e demais associações que possam auxiliar. Está em médio prazo porque é necessário definir a realização do curso. Após a Sra. Tônia informar que a agência do trabalhador já oferta vários cursos na modalidade online para a comunidade

a ação foi alterada para o status verde de curto prazo, pois já está ocorrendo. Na quinta política a criação de um centro de formação empresarial. Como atores a Prefeitura com a sala do empreendedor, conselho municipal do trabalho, FIEP e demais entidade que queiram participar. Longo Prazo. A sexta ação é de cursos conveniados. Atores Prefeitura Municipal, agência do trabalhador, universidades locais, ACIPG, FIEP; sistema S, associações, sindicatos e indústrias. Curto prazo. E a última política consultorias para MEIs e microempresas. Atores a Prefeitura Municipal com a sala do empreendedor e SEBRAE. Está sinalizada em curto prazo por existir e ser contínua. A penúltima ação que é *Inovação*. Nessa ação houve um pouco de discussão visto que se havia comentado que o cenário não mudou muito de alguns anos pra cá. Como políticas públicas existem muitas ações que já haviam sido apontadas pela fundação Certi de que alguns programas já haviam sido desenvolvidos pelos atores aqui da cidade. Essas políticas seriam o programa de inovação de desenvolvimento universidade e empresa. Atores UEPG, ACIPG, FIEP e SEBRAE. Comenta que dentro do PMAI pode haver um programa de aproximação de empresas dentro da rodada de negócios, isso será verificado. Médio prazo. Outra política é o programa de inovação para micro e pequenas empresas. Atores UEPG, Prefeitura e SEBRAE. Médio prazo. Na política de cursos tecnólogos em áreas estratégicas, seus atores são a UEPG, UTFPR, Sistema S, Dentre outras instituições que se encaixes nos requisitos exigidos pelo MEC. Longo prazo. Outra política é uma plataforma virtual. Atores Prefeitura Municipal e SEBRAE. Sinalizado médio prazo, pois envolve todo um direcionamento. A Sra. Tônia sugere que seja criado um calendário municipal dos eventos de inovação. A Sra. Priscilla passa para outra política que é o núcleo de inteligência e inovação. Atores a Prefeitura Municipal, CDEPG (Câmara de Tecnologia e Inovação), UEPG, UTFPR, SEBRAE, ACIPG e FIEP. Sinalizado em curto prazo, pois já existe na câmara técnica de inovação. A quinta política pública é o centro de inovação. Como atores também a Prefeitura Municipal, CDEPG (Câmara de Tecnologia e Inovação), UEPG, UTFPR, SEBRAE, ACIPG e FIEP. Sinalizada em longo prazo. A sexta política é o escritório de apoio para capacitação de recursos. Seus atores são Prefeitura Municipal, CDEPG (Câmara de Tecnologia e Inovação), UEPG e UTFPR. De longo prazo, pois por conta da sua estrutura exige um pouco mais de tempo. E a última política pública é o evento anual de inovação. Seus atores Prefeitura Municipal, CDEPG (Câmara de Tecnologia e Inovação), UEPG, UTFPR, SEBRAE, ACIPG e FIEP. Passando para a última ação temos a *Reorganização de Espaços Produtivos e Jornada de Trabalho*. Com 3 políticas públicas. A primeira é o fomento ao consumo seguro. Sinalizada como curto prazo. Seus Atores são o município por meio de diversos órgãos como SEBRAE, associação de moradores da cidade e associações profissionais. A segunda política é o fomento a criação de novos espaços de trabalho. Seus atores são várias entidades envolvidas com palestras e cursos em entidades de ensino, OAB, conselhos de contabilidade, administração e economia. E Prefeitura oferecendo condições especiais de parcelamentos para as empresas que ofertarem novos postos de trabalho. Sinalizado como curto prazo. Como última política a reorganização de espaços produtivos. Que seria a ideia de uma campanha chamada Ponta Grossa Primavera/Verão. Trabalhando com vários atores como a ACIPG, Associações profissionais, CDEPG buscando locais onde podem instalar atividades ampliadas em estabelecimentos como feiras. Secretaria de esportes para que possam trazer as pessoas para atividades em praças e parques; Secretaria de segurança estabelecendo esses locais; Secretaria de legislação para criar

as regras dessas atividades produtivas; Sindicatos Laborais auxiliar na implantação e fomentar a contratações desses trabalhadores. A Sra. Priscilla conta que assim que foi entregue o pen drive com o plano de retomada econômica ao Prefeito, foi solicitado a implementação imediata da campanha Primavera/Verão. Que será cobrada no decorrer dos próximos dias. De forma resumida foi apresentado pela Sra. Priscilla 6 vetores, 9 ações e 35 políticas públicas. O trabalho do plano de retomada econômica de Ponta Grossa pós-pandemia, tem ao todo 215 páginas. A Sra. Priscilla encerra a apresentação agradecendo a todos os presentes e passa a palavra ao Sr. Wilson de Oliveira que agradece a todos que trabalharam nesse projeto do plano de retomada econômica. Agradece à UEPG e aos professores que produziram o documento, aos representantes e coordenadores de cada grupo dos vetores. Ressalta a importância de cada vetor escolhido para a retomada econômica da nossa cidade e a cooperação entre cada entidade mostrando que a união de forças é possível para melhorar nossa cidade. A Sra. Indianara sugere a criação de um evento com todas as entidades participantes mostrando para a população ponta-grossense o trabalho que foi realizado e como cada cidadão, empresa e indústria poderá usufruir dos benefícios desse projeto. Finalizando a reunião, Sr. Wilson agradece a presença dos conselheiros e convidados. Sem mais assuntos para tratar, encerrou-se a reunião e eu, Rafael Gustavo Mansani, encerro a apresenta ATA, que será lavrada por mim e demais presentes.